

Arquitectos e engenheiros abrem o caminho do Brasil para licenciados portugueses

Cooperação
Samuel Silva

Reitores portugueses olham para este acordo como o primeiro passo para o reconhecimento dos diplomados nacionais

As licenciaturas de arquitectos e engenheiros de Portugal e do Brasil vão ter o seu reconhecimento facilitado a partir do final do ano. Estes serão os primeiros profissionais a beneficiar de um acordo entre as universidades públicas nacionais e as instituições de ensino superior federais brasileiras para homogeneizar critérios de ratificação dos diplomas em ambos os países. Os reitores querem que estas regras possam também alargar-se a outras profissões.

O acordo que permite acelerar o reconhecimento de licenciados entre os dois países foi assinado antontem, em Brasília, por representantes do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) e da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior do Brasil (ANDIFES). Membros das duas instituições constituíram um grupo de trabalho que vai fazer o levantamento dos procedimentos de reconhecimento de competências nos dois países de modo a uniformizar as regras. Os responsáveis estimam que esse trabalho esteja concluído até ao final do ano.

A braços com a organização do Mundial de Futebol de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, as autoridades brasileiras entenderam que a prioridade devia ser dada aos licenciados em arquitectura e engenharia. As duas áreas são actualmente aquelas em que há mais pedidos de reconhecimento de competências em ambos os países. Segundo o Conselho Federal de Engenharia e



PAULO RICCA

Carlos Martins Ramos, bastonário da Ordem dos Engenheiros

Agronomia brasileiro (Confea), há 594 engenheiros portugueses reconhecidos no Brasil, enquanto na Ordem dos Engenheiros estão inscritos 354 brasileiros.

Os reitores portugueses aceitaram a proposta, mas olham para este acordo como um primeiro passo para o reconhecimento dos diplomados nacionais no Brasil. A intenção do CRUP é que as regras acordadas sejam alargadas a outras profissões, ainda que ainda não tenham definido quais as áreas de formação prioritárias em futuras negociações.

Dados oficiais brasileiros mostram que, no primeiro semestre deste ano, houve um crescimento de 63% no número de vistos de trabalho para portugueses, num total de 833 autorizações. No mesmo período, Brasília autorizou a entrada de 33 mil estrangeiros para trabalharem no país, sobretudo norte-americanos, filipinos e britânicos.

O bastonário das Ordem dos Engenheiros, Carlos Martins Ramos, elogia a iniciativa dos reitores portugueses, que considera "excelente". "Foi um esforço muito positivo" para o reconhecimento dos engenheiros portugueses no Brasil, afirma. Car-

los Ramos olha, porém, com alguma cautela para este entendimento, considerando que é preciso que o acordo seja "materializado". O bastonário dos Engenheiros lembra que, em Novembro do ano passado, a Ordem assinou um acordo do mesmo tipo com a sua congénere brasileira, que previa a uniformização de regras no prazo de seis meses. Todavia, nove meses depois, continua por concretizar, depois de um pedido de adiamento feito pela Confea.

Para a Ordem dos Arquitectos, o acordo entre reitores é uma "etapa importante" para o intercâmbio de profissionais entre os dois países, mas agora é necessário o reconhecimento das qualificações profissionais. Por isso, o organismo apresentou uma proposta sobre esta matéria à tutela esperando que o assunto seja incluído na agenda da Cimeira Luso-Brasileira, no próximo mês. Também o Instituto de Arquitectos do Brasil vê com "muito bons olhos" o acordo alcançado. "Neste momento, ajuda mais Portugal, mas mesmo assim vemos com muito bons olhos essa interação", afirmou a vice-presidente daquele organismo, Fabiana Isaga, à agência Lusa.